

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MA

Vanderleia de Sousa Martins; Mayara Broxado Dias; Marise Marçalina de Castro Silva Rosa

Universidade Federal do Maranhão – vd-marti@bol.com.br

Universidade Federal do Maranhão – mayara0072009@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão – mmarcalina@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a política de formação continuada que é oferecida aos professores e professoras atuantes na Educação Especial, bem como analisar como essa formação se realiza em uma escola da rede municipal de São Luís no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, buscando compreender os processos de formação oferecido aos docentes e as contribuições que essa formação vem oferecendo para o acesso e a permanência dos educandos com necessidades educativas especiais, como transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Para tanto, inicialmente será discutido no trabalho a formação continuada de professores para o atendimento no AEE e como essa formação se materializa em uma escola da rede municipal de ensino, localizada em um bairro periférico da cidade. Em seguida serão socializados dados da entrevista realizada com uma professora que atua no Atendimento Educacional Especializado dessa mesma escola. Para a realização e análises da entrevista, foi escolhida a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, no que se refere à abordagem do estudo optamos pela qualitativa, em relação ao método escolhido para a realização da investigação, elegemos a pesquisa de cunho exploratório, além de entrevista semiestruturada. Assim sendo, a opção por este percurso metodológico foi fundamental para constatarmos que a formação inicial oferecida aos professores do AEE da rede municipal de ensino de São Luís, ainda não é suficiente para atender o público alvo dessa modalidade de ensino, como também consideramos a partir da fala da docente que ainda há muito que ser melhorado na formação continuada oferecida pela escola.

Palavras-chave: Formação. Professores. Atendimento Educacional Especializado

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a formação continuada oferecida aos professores do Atendimento Educacional Especializado - AEE, tem se configurado como aspecto relevante, no que se refere à garantia e melhoria na educação e nos atendimentos oferecido aos alunos e alunas com necessidades educativas especiais, como, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no ensino regular. A Educação Especial apresenta-se como uma modalidade de ensino, que passa por todos os níveis e

etapas, por meio do AEE. O atendimento suplementar e/ou complementar, que visa dar aos educandos autonomia dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, para que possamos dar autonomia, deixando os educandos mais seguros de si, é fundamental que os docentes tenham formação adequada, para trabalhar a diversidade que existe no ambiente escolar, buscando novas possibilidades para o desenvolvimento das atividades junto aos alunos e alunas – para não tratarmos de forma desigual ou excludente àqueles que apresentam necessidades diferenciadas ou transtornos no ambiente escolar.

Percebemos que ainda é comum as escolas possuírem dificuldades para o atendimento dos alunos e alunas com deficiência em suas turmas regulares – na maioria dos casos recebem, mas não atendem de forma adequada, excluindo-os – por despreparo dos professores e/ou por desacreditarem no trabalho da turma regular como meio de desenvolver o aprendizado desses alunos.

Ao que sabemos as políticas educacionais, tem possibilitado um avanço significativo, sobretudo no aspecto inclusivo. Entretanto, cabe ressaltar que as políticas públicas em educação têm melhorado no aspecto legal, mas no que se refere à implementação destas, ainda são quase que ineficazes, ao não possibilitar em sua implantação mecanismos que atendam educandos e educadores.

Para Fávero (2007, p.46) “mudar a escola é enfrentar uma tarefa que exige muitas frentes”, como: colocar a aprendizagem de forma favorável para que todos aprendam; assegurando condições e tempo de acordo com o perfil de cada educando; garantia do AEE preferencialmente na escola; e disponibilizar formação continuada e valorização dos professores, sobretudo promovendo formações colaborativas, onde professores do AEE e das turmas regulares possam trocar informações sobre os educandos.

Tendo em vista essas implicações o presente estudo tem como objetivo analisar a formação continuada das profissionais que trabalham no Atendimento Educacional Especializados em uma escola da rede municipal de São Luís/MA. Para isso, inicialmente iremos apresentar uma breve discussão sobre a formação continuada e o atendimento educacional especializado. Em seguida iremos apresentar a pesquisa realizada com a docente do AEE na escola da rede municipal de São Luís, sinalizando sem revelar o nome da instituição, a fim de preservá-la, a caracterização do campo, os percursos metodológicos e finalmente a entrevista com a docente da sala de recursos multifuncional. Por fim

apresentaremos algumas considerações sobre a formação continuada.

2 A FORMAÇÃO CONTINUADA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A formação de professores tem sido constantemente questionada, tendo em vista as mudanças que ocorrem frequentemente no cenário educacional. Sabemos que a formação inicial não dá conta de todas as problemáticas que vem ocorrendo no interior das escolas, e principalmente pelos múltiplos sujeitos que nela se encontram.

Nesse sentido, é necessário que a formação docente seja concebida como um *continuum*, ocorrendo de forma evolutiva, privilegiando aspectos organizativos, contextuais e que almejem mudanças para a educação. Para Romanowski (2007, p. 138),

A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece num *continuum*, iniciada com a escolarização básica, que depois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mercado de trabalho; continua ao longo da carreira do professor pela reflexão constante sobre a prática, continuidade dos estudos em cursos, programas e projetos.

Como se refere o autor, a educação deve acontecer de forma contínua. Esse prosseguimento deve ser feito ao longo da carreira, para que os professores possam refletir sobre a educação e suas constantes mudanças, a fim de ressignificar sua prática diante dos dilemas que vão surgindo.

Para o AEE o processo de formação continuada não é diferente, deve ser desenvolvido como um espaço de reflexão, sobretudo, deve ocorrer de forma colaborativa, onde docentes possam trocar informações e experiências, sobre os alunos atendidos – seu desenvolvimento no ensino regular e no AEE (IMBERNÓN, 2006).

Conforme Severino (2001, p. 142), a formação docente, principalmente a formação continuada, necessita ser uma “autêntica *Bildung*¹, formação em sua integridade, superando uma habilitação apenas técnica, centrada no domínio de informações específicas e didáticas”. Isto é, não podemos tratar essa formação, seja inicial ou continuada como aspecto técnico-burocrático. Essa formação deve ser alimento de reflexão sobre as próprias problemáticas que estão emergindo no campo do trabalho. Sendo assim, é importante que se acrescente à formação – inicial e continuada – experiências reais do ofício docente, isto é

¹ Formação em constante construção e reconstrução

colocar o discente (formação inicial) no campo para entender os sujeitos na sua complexidade, conhecimento que vai além do campo teórico e legal. No que se refere à formação continuada, é fundamental formar para analisar e refletir sobre o espaço de atuação – resolver as problemáticas do contexto escolar.

3 O AEE EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

3.1 Caracterização do Campo

A instituição escolhida para a pesquisa iniciou suas atividades com o antigo ensino primário. A primeira reforma aconteceu em 1996. Atualmente, a escola funciona com 12 salas de aula, nos três turnos de funcionamento, além de possuir 2 anexos, funcionando em uma escola comunitária e a União de Moradores do bairro.

A instituição atende crianças do 1º ao 9º ano do ensino fundamental nos turnos matutinos e vespertinos, também atende no turno noturno a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos-EJA, além de possuir uma Sala de Recursos Multifuncionais.

3.2. Metodologia da Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, considerando o levantamento de fontes que discutem a problemática do estudo em questão. Este tipo de pesquisa é relevante, pois possibilita compreender o problema da pesquisa, assim como analisar o campo de estudo. Nesse sentido, pautamos os estudos em Godoy (1995), para analisar o campo de pesquisa, segundo o referido autor, para compreender o fenômeno estudado, é necessário analisar a partir da visão dos sujeitos envolvidos – desse modo, é indispensável à pesquisa de campo.

Como abordagem, utilizamos a qualitativa, por considerar que esta envolveu “o trabalho de descrição, que tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados” (MANNING, 1979, p.668). Como método de pesquisa, foi utilizada a pesquisa exploratória, pois possibilitou identificar elementos ou aspectos constitutivos do problema.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada, a entrevista semiestruturada, a qual foi essencial na coleta de informações oferecida pela Professora da sala de recursos. Além da entrevista, tivemos como fonte da coleta de dados a

observação não-participante, instrumento importante para entender o campo a partir da observação do pesquisador.

3.3 Entrevista com a professora da sala AEE/ Sala de Recursos Multifuncionais

Sabe-se que para atuar nas salas de Atendimento Educacional Especializado, é necessária formação específica para o desenvolvimento pleno do trabalho com os alunos e alunas com necessidades educativas especiais. Nesse sentido, questionamos a docente sobre a sua formação para atuar no AEE. A mesma pontuou que tem formação em Pedagogia, pós-graduação em educação especial inclusiva e em gestão orientação e supervisão.

A formação destacada pela docente é pertinente para trabalhar no AEE. O Atendimento aos alunos e alunas com deficiência física, intelectual, sensorial (visão e surdez parcial ou total), transtorno gerais de desenvolvimento e altas habilidades, deve dispor de profissionais capacitados, que consigam eliminar barreiras e desenvolver a participação plena dos alunos, tendo em vista as suas necessidades.

Assim, conforme a Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter “formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial” (BRASIL, 2010, p. 8).

Como ressalta o *Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais* (BRASIL, 2010), a formação de professores é um elemento importante na efetivação de escolas inclusivas e a garantia de todos à escolarização, além das mudanças de concepção pedagógicas e das práticas de gestão.

Sobre o atendimento pleno aos alunos envolvidos questionamos a docente sobre como acontecia tal atendimento:

Eu faço dois grupos, eu faço dia de segunda/quarta e terça/quinta e não deixa de ser um trabalho de alfabetização; aquela criança vai aprender a escrever, a gente vai trabalhar essa questão da coordenação motora, da percepção, da concentração, da auto-estima.

Conforme podemos verificar na fala da professora, ela obedece a um cronograma de atendimento, de acordo com as necessidades dos educandos. Esses fatores são importantes, pois favorecem a igualdade de condições de acesso à participação em um sistema educacional inclusivo, pelos alunos atendidos (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, além de um cronograma bem estruturado é necessário um planejamento, que envolva atividades a serem realizadas, bem como a avaliação e o desenvolvimento dos alunos, e fazer um novo planejamento conforme o desenvolvimento e a necessidade.

Ainda segundo a professora pesquisada nem sempre existe a troca de conhecimentos entre ela e a professora da sala regular é possível, fazendo assim cada uma o seu planejamento para o atendimento das crianças. Conforme dados do MEC, a articulação entre os docentes do ensino regular e os da educação especial são essenciais para o desenvolvimento de um ambiente inclusivo, onde os alunos possam se desenvolver plenamente. Além disso, é necessária a formação contínua de toda a equipe pedagógica que atua na escola (BRASIL, 2010).

Assim, questionamos sobre como a gestão tem facilitado esse planejamento, para que os docentes (regular e da sala de recurso), bem como outros profissionais, planejem as ações com essas crianças que precisam do AEE:

Geralmente tem uma formação pedagógica que é no começo do ano, é pela manhã e a formação da tarde é à tarde e eu também nunca procurei, mas o certo era esse, era para nós termos um elo. E outra coisa, aqui na escola tem o Carlos pela manhã e o Vinicius lá da união, a Ana Clara que é do Bacanga, dois que são do anjo da guarda e um que é do paraíso, a minha técnica que encaminha.

Há um planejamento que acontece no início do ano, mas cada turno tem o seu. Além disso, a escola recebe outros alunos, de diversas escolas, que compromete ainda mais as ações das docentes e o desenvolvimento dos educandos. Conforme a professora relatou, ela faz um plano trimestral para cada aluno, conforme sua necessidade, ao final do trimestre avalia e observa os avanços que obteve. Caso não tenha desenvolvido ela continua com o mesmo plano. Entretanto conforme Batista (2006, p. 27), os planos do AEE devem ser “constantemente revistos, melhorados e ajustados ao que os grupos ou ao que cada aluno necessita”.

No entanto, para que os planejamentos individuais fossem revistos, de forma constante, é necessário segundo Imbernón (2006, p. 55), que a formação permanente consista em “descobrir, organizar, fundamentar, revisar e construir” as formas pedagógicas que as sustenta, compondo assim um novo fazer pedagógico, “com foco no processo ação-reflexão-ação” (ibidem, p. 80).

Mas, conforme a fala da docente os planos continuam os mesmos, quando não há

nenhum ou quase nenhum desenvolvimento por parte dos alunos, segundo Batista, os planos necessitam de um melhoramento, com base no comprometimento dos alunos. Ainda conforme Batista, para que os docentes possam trabalhar “é preciso contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada” (Batista, 2006, p. 14).

Sendo assim, os docentes necessitam de formação continuada que atenda suas demandas, os problemas e as situações que interferem no seu trabalho, para lhes oportunizar um trabalho de qualidade (IMBERNÓN, 2006).

Segundo a professora do AEE, os alunos chegam no começo do mês de dezembro, com o encaminhamento de uma/um técnica/o da Secretaria Municipal de educação - SEMED. Contudo esse encaminhamento, pouco revela sobre o aluno, os conhecimentos de suas necessidades são revelados no decorrer do processo com a professora do AEE.

Podemos inferir que, para obter um atendimento eficaz, seria necessária uma gestão comprometida, “a formação dos professores, a participação da família e da comunidade e a articulação inter-setorial das políticas públicas, para a garantia do acesso dos alunos” (BRASIL, 2010, p. 6).

Entretanto, ainda temos uma ineficácia na formação continuada desses professores, profissionais que devem atender deficiências diversas, conforme as especificações abaixo.

Alunos com deficiência - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
Alunos com transtornos globais do desenvolvimento - aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo síndromes do espectro do autismo psicose infantil;
Alunos com altas habilidades ou superdotação - aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2010, p.7).

Podemos considerar que para anteder esses educandos, o que há de mais urgente é a formação continuada, articulada às vivências dos docentes. Nesse tocante, Batista (2006, p. 27) adverte que:

A formação continuada de professores é mais uma estratégia fundamental para atualização e aprofundamento do conhecimento pedagógico comum e especializado. Esta formação, preferencialmente acontecerá, a partir dos próprios casos em atendimento, pois esse é um material vivo, que propicia uma visão subjetiva que o professor

responsável pela sala de aula ou por esse atendimento terá para dar conta da complexidade dos alunos e do seu processo de aprendizagem.

A autora ainda considera que:

Para a realização da formação continuada, que seja previsto um número significativo de horas para esse trabalho no cronograma e no calendário escolar, sem o que não será possível distribuir por todo o ano letivo o tempo necessário para a atualização teórica, o estudo e discussão dos casos. Nessa formação haverá momentos em que só os professores estarão juntos, e também os encontros com especialistas de outras áreas. (Batista, 2006, p.27)

Ao analisar a fala da autora é importante considerar a necessidade da formação continuada, no que se refere à educação inclusiva, sobretudo quando a escola não tem essa ligação entre as docentes. Os aspectos destacados pela autora seriam relevantes para o trabalho tanto no AEE, quanto na turma regular. Considerar as especificidades das escolas é fundamental para o bom funcionamento do trabalho. Pois conforme a professora do AEE, em entrevista concedida “ordem lá de cima, da superintendência, para eu aceitar e receber”, isto é, não há parceria entre os envolvidos, e sim imposição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que a formação continuada de professores, sobretudo os do AEE, tem se desenhado como algo desafiador, inicialmente pelo fato de não haver um retorno ou uma troca de informação entre o educador da sala regular e o do AEE. A maior parte das escolas não dispõe desse atendimento, tendo que deslocar os educandos para outras instituições, o que inviabiliza ainda mais o contato entre os profissionais.

Para que a escola seja uma escola inclusiva, principalmente para as crianças que possuem transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, é necessário instituir mudanças e adotar novos paradigmas de inclusão. Pois como se sabe essas mudanças não ocorrem de forma mágica, é indispensável para se garantir acesso e permanência dos educandos, uma organização pedagógica que não dependa apenas do educador, mas de todos que fazem parte da escola.

Consideramos que a formação de profissionais capacitados seja algo importante para superamos velhos paradigmas – da inclusão que na verdade é inserção. As formações devem ser voltadas aos problemas da escola como sinaliza Batista (2006), e as dificuldades dos educandos e colaborações entre educadores.

Na escola pesquisada, é perceptível na fala da docente que existe o desejo de ensinar os educandos, mas falta esse “elo” como a mesma ressalta, principalmente no planejamento e nas formações que ela, em conjunto com as professoras da sala regular não fazem, esse “” viria a otimizar a aprendizagem com base nas dificuldades que enfrentam com seus alunos.

Como sinaliza Fávero (2007), a escola precisa conhecer seus educandos, para que assim possamos vivenciar de fato uma escola inclusiva, oferecer uma formação continuada com base nos problemas reais dos educadores e da instituição e principalmente pensar uma nova organização curricular e/ou uma nova proposta pedagógica, a fim de incluir todos no processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIA

BATISTA, Cristina A. Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: SEESP, 2001.

_____. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasil: MEC/SEESP, janeiro de 2008.

_____. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

_____. Nota Técnica nº 11, de 7 de maio de 2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília: SEESP/GAB, 2010.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O Acesso de Educandos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores). 2ª ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2006.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192>. Acessado em: agosto de 2017

ROMANOWSKI, Joana Paulin. Formação e profissionalização docente. Curitiba: IbpeX, 2007.

SEVERINO, Antônio J. Educação, sujeito e história. São Paulo: Olho d'Água, 2001.